



Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'F06', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

000000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Português**

Atenção: As questões de números 1 a 6 baseiam-se no texto seguinte.

O tempo não perdoa o que se faz sem ele, costumava dizer Ulysses Guimarães, citando Joaquim Nabuco. Desse modo ensinava a importância na política do apropriado discernimento do momento oportuno. Não é fácil a identificação desse momento, pois, entre outras coisas, requer conjugar o tempo individual de um ator político com o tempo coletivo de um sistema político e de uma sociedade. Além disso, o tempo flui e é instável no seu movimento, e não só na política. É o caso do tempo na meteorologia, cada vez menos previsível por obra das mudanças climáticas provocadas pela ação humana.

A vasta reflexão dos pensadores, dos poetas e cientistas sobre o estatuto do tempo e seu entendimento aponta para uma complexidade que carrega no seu bojo o desafio de múltiplos significados, cabendo lembrar que a função da orientação é inerente à busca do saber a respeito do tempo. Assim, uma coisa é conhecer o tempo do relógio, que molda o mensurável de uma jornada de trabalho. Outra coisa é lidar com a não mensurável duração do tempo vivido, que perdura na consciência, e não se confunde, por sua vez, com o tempo do Direito, que é o tempo normatizado dos prazos, dos recursos, da prescrição, da coisa julgada, da vigência das leis e do drama cotidiano da lentidão da Justiça.

A busca do saber sobre o tempo tem, como mencionei, uma função de orientação. Neste século XXI, é preciso parar para pensar a vertiginosa instantaneidade dos tempos e os problemas da sua sincronização, que a revolução digital vem intensificando.

A tradicional sabedoria dos provérbios portugueses diferencia o tempo do falcão e o tempo da coruja. O tempo do falcão é o da rapidez e da violência. É este o tempo que nos cerca. O tempo da coruja é o da sabedoria – a sabedoria que nos falta para lidar com a estrutura de possibilidades do tempo no mundo em que estamos inseridos.

(Celso Lafer. Trecho, com adaptações, de artigo publicado em **O Estado de S. Paulo**, 20 de novembro de 2011. A2, Espaço Aberto)

1. *O tempo não perdoa o que se faz sem ele ...*

A afirmativa que inicia o texto encaminha para

- (A) uma contradição à tese corrente de que *o tempo flui e é instável no seu movimento, e não só na política.*
- (B) crítica relativa aos problemas surgidos com o *drama cotidiano da lentidão da justiça.*
- (C) o reconhecimento de que *é preciso parar para pensar a vertiginosa instantaneidade dos tempos e os problemas da sua sincronização.*
- (D) a ideia de que os políticos não têm o *apropriado discernimento do momento oportuno.*
- (E) a constatação de que é difícil perceber a *duração do tempo vivido, que perdura na consciência.*

2. Com a expressão *o desafio de múltiplos significados* (2º parágrafo), o autor

- (A) caracteriza a oposição frequente que se faz entre o tempo de cada indivíduo e aquele que diz respeito a toda a sociedade.
- (B) duvida de uma possível concordância entre representantes de diferentes áreas do conhecimento a respeito do tempo.
- (C) questiona os meios até agora utilizados para calcular o transcorrer do tempo, que é sempre mutável.
- (D) esclarece seu emprego ao se referir à necessária sabedoria para equacionar, no momento mais adequado, os problemas que surgem.
- (E) refere-se às diversas possibilidades de percepção da passagem do tempo e de seu sentido.

3. A afirmativa, no 1º parágrafo, de que *o tempo flui e é instável no seu movimento*

- (A) vem a ser comprovada, em seguida, pelo exemplo tomado ao *tempo na meteorologia.*
- (B) constitui oposição à ideia de que *não é fácil a identificação do momento oportuno.*
- (C) realça a percepção das consequências advindas *das mudanças climáticas provocadas pela ação humana.*
- (D) baseia-se na *vasta reflexão dos pensadores, dos poetas e cientistas sobre o estatuto do tempo.*
- (E) exalta a sabedoria contida nos provérbios, como, por exemplo, a diferenciação entre *o tempo do falcão e o tempo da coruja.*



4. *A vasta reflexão dos pensadores, dos poetas e cientistas sobre o estatuto do tempo e seu entendimento aponta para uma complexidade ...*

Nas frases seguintes, considere o emprego do verbo grifado acima:

- I. O assessor encarregado pelo Ministro de analisar o processo apontou-lhe as dificuldades em conseguir um acordo satisfatório entre as partes.
- II. O desempenho de um dos membros do Conselho Administrativo levou os demais a apontarem-no, de forma unânime, para dirigir a empresa.
- III. O Presidente, diante da insatisfação gerada por medidas impopulares, apontou à frente dos manifestantes, tentando acalmar os ânimos.

Está correta a regência do verbo **apontar** em

- (A) II, apenas.
 (B) I e II, apenas.
 (C) II e III, apenas.
 (D) I e III, apenas.
 (E) I, II e III.

5. *... para lidar com a estrutura de possibilidades do tempo no mundo em que estamos inseridos.*

A lacuna que deverá ser preenchida pela expressão grifada acima está em:

- (A) A sabedoria necessitamos para solucionar problemas cotidianos deverá ser buscada sempre.
- (B) As medidas a serem tomadas se chegue à solução dos conflitos serão anunciadas no momento oportuno.
- (C) As expectativas da sociedade nem sempre se realizam diante das dificuldades mais amplas se defrontam os governantes.
- (D) A época vivemos, assolada pela revolução tecnológica, embaralha a sincronização dos fatos.
- (E) A conclusão podemos chegar, diante da instabilidade política em algumas regiões, é a de que falta sabedoria aos governantes.

6. Considere:

As decisões referentes medidas que dizem respeito toda a sociedade devem ser tomadas com sabedoria, cada uma seu tempo.

As lacunas da frase acima estarão corretamente preenchidas, respectivamente, por:

- (A) as - à - à
 (B) às - a - a
 (C) às - à - a
 (D) às - a - à
 (E) as - a - à

Atenção: As questões de números 7 a 13 baseiam-se no texto seguinte.

Um conjunto recente de pesquisas na área da neurociência sugere uma reflexão acerca dos efeitos devastadores do computador sobre a tradição da escrita em papel. Por meio da observação do cérebro de crianças e adultos, verificou-se de forma bastante clara que a escrita de próprio punho provoca, na região dedicada ao processamento das informações armazenadas na memória, uma atividade significativamente mais intensa do que a da digitação, o que tem conexão direta com a elaboração e a expressão de ideias. Está provado também que o ato de escrever desencadeia ligações entre os neurônios naquela parte do cérebro que faz o reconhecimento visual das palavras, contribuindo assim para a fluidez da leitura. Com a digitação, essa área fica inativa.

Na Antiguidade, os egípcios tinham nas letras um objeto sagrado, inventado pelos deuses. Sinônimo de status, a caligrafia irretocável foi por séculos na China um pré-requisito para ingressar na prestigiada carreira pública. No Brasil, a caligrafia constava entre as habilidades avaliadas nos exames de admissão do antigo ginásio até a década de 70, e era ensinada com esmero na sala de aula.

O hábito da escrita vem caindo em desuso à medida que o computador se dissemina. Até aqui a palavra foi eternizada em papel (ou pedra, pergaminho, papiro), que se encarregou de registrar a história da humanidade. O computador traz nova dimensão à aquisição de conhecimentos e à interação entre as gerações que chegam aos bancos escolares. Para elas, escrever à mão corre o risco de se tornar apenas mais um registro do passado guardado em arquivo digital.

(Luís Guilherme Barrucho. **Veja**, 27 de julho de 2011. p. 94, com adaptações)

7. O autor

- (A) defende a substituição da escrita manual, em vista da ampla disseminação do computador e da facilidade decorrente da digitação de textos.
- (B) critica a atual tendência a abandonar a escrita manual, ainda que reconheça a maior legibilidade dos textos digitados.
- (C) expõe uma situação atual, com exemplos e dados de pesquisas, referente ao uso do computador e às consequências para o funcionamento do cérebro.
- (D) relata, com exemplos, como a escrita se tornou o instrumento fundamental, durante séculos, para o desenvolvimento humano.
- (E) recria, com base na história, fatos marcantes que demonstram a superioridade da escrita manual sobre a digitação feita no computador.



<p>8. O teor do 2º parágrafo constitui</p> <p>(A) justificativa, com base em argumentos, da perda do valor tradicional da escrita manual.</p> <p>(B) proposta, a partir da importância da caligrafia, de sua manutenção, apesar da concorrência do computador.</p> <p>(C) verificação prática da superioridade atual da digitação sobre a escrita manual.</p> <p>(D) demonstração, com informações históricas, da importância social atribuída à caligrafia.</p> <p>(E) histórico das condições determinantes da opção pela escrita manual em antigas civilizações.</p>	<p>11. Até aqui a palavra foi eternizada em papel (ou pedra, pergaminho, papiro), que se encarregou de registrar a história da humanidade.</p> <p>No segmento isolado pelos parênteses identifica-se</p> <p>(A) série de alternativas que indicam meios utilizados para registrar a história da humanidade em diferentes épocas.</p> <p>(B) enumeração de registros legados por diversas civilizações como testemunhos de seu desenvolvimento.</p> <p>(C) gradação marcada pela sequência de elementos, de acordo com sua importância na história da humanidade.</p> <p>(D) restrição feita à constatação de que o papel foi o elemento mais notável na história de algumas civilizações.</p> <p>(E) rol das conquistas obtidas por alguns povos, principalmente em épocas mais antigas, que testemunharam seu grau de cultura.</p>
<p>9. Identifica-se no texto correlação imediata entre</p> <p>(A) abandono da escrita manual e disseminação do uso do computador.</p> <p>(B) preferência atual pelo uso do computador e pesquisas científicas.</p> <p>(C) as pesquisas na área da neurociência e a importância da caligrafia.</p> <p>(D) o ensino da escrita manual nas escolas e o aumento da digitação no computador.</p> <p>(E) opção pela escrita em papel e registros da história da humanidade.</p>	<p>12. Na Antiguidade, os egípcios <u>tinham</u> nas letras um objeto sagrado, inventado pelos deuses.</p> <p>O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o grifado acima está em:</p> <p>(A) <i>Por meio da observação do cérebro de crianças e adultos, verificou-se de forma bastante clara ...</i></p> <p>(B) <i>... que o ato de escrever desencadeia ligações entre os neurônios ...</i></p> <p>(C) <i>Com a digitação, essa área fica inativa.</i></p> <p>(D) <i>... a caligrafia constava entre as habilidades avaliadas nos exames de admissão do antigo ginásio até a década de 70 ...</i></p> <p>(E) <i>... entre as gerações que chegam aos bancos escolares.</i></p>
<p>10. ... <u>o</u> que tem conexão direta com a elaboração e a expressão de ideias. (1º parágrafo)</p> <p>No contexto, o pronome grifado acima substitui, especificamente:</p> <p>(A) <i>um conjunto recente de pesquisas na área da neurociência.</i></p> <p>(B) <i>uma reflexão acerca dos efeitos devastadores do computador.</i></p> <p>(C) <i>a tradição da escrita em papel.</i></p> <p>(D) <i>a observação do cérebro de crianças e adultos.</i></p> <p>(E) <i>a escrita de próprio punho provoca (...) uma atividade significativamente mais intensa do que a da digitação.</i></p>	<p>13. ... do antigo ginásio até a década de 70, e <u>era ensinada</u> com esmero na sala de aula. (final do 2º parágrafo)</p> <p>A forma verbal que mantém o sentido e a correção da que está grifada acima é:</p> <p>(A) ensinavam.</p> <p>(B) se ensinava.</p> <p>(C) foi se ensinando.</p> <p>(D) tinham-se ensinado.</p> <p>(E) teria sido ensinado.</p>



Atenção: As questões de números 14 a 19 baseiam-se no texto seguinte.

No início, o uso em larga escala do petróleo teve um impacto ambiental positivo. Quando o querosene se mostrou mais eficiente e barato para a iluminação, a matança de baleias, que forneciam o óleo dos lampiões e lamparinas, caiu drasticamente. Desde então, descobriram-se mil e uma utilidades para o petróleo. Um site dos EUA chegou a listar quase dois mil produtos de uso cotidiano que não poderiam ser feitos ou teriam custos proibitivos sem o petróleo. Entre eles a aspirina, o capacete de motociclista e o paraquedas.

Portanto, a era do petróleo está ainda muito longe de ser completamente substituída por aquilo que se convencionou chamar de Era do Verde. Em vez de acabar, a cada dia se descobrem novos usos para as fibras sintéticas oriundas do petróleo, novos usos para seus múltiplos elementos químicos, que têm as moléculas quebradas pelo calor para dar origem a outro elemento, a outro produto. A maioria desses usos é nobre, já que eles aumentam o nosso conforto, o nosso bem-estar, a nossa saúde.

O grande problema da indústria petroquímica é ter como insumo básico um bem finito, o petróleo, fato que a torna insustentável no tempo. Além disso, é altamente poluente.

(Manuel Lume. **CartaCapital**, 27 de abril de 2011. p.52-55, com adaptações)

14. O autor

- (A) defende um maior controle no uso do petróleo, embora ele tenha propiciado um grande avanço tecnológico com a obtenção de produtos diversos, utilizados na rotina diária.
- (B) indica os diversos benefícios trazidos à saúde humana pelo petróleo, especialmente devido às pesquisas destinadas à produção de medicamentos novos e mais eficazes.
- (C) analisa, com base em exemplos e observações, a importância do petróleo no mundo moderno, conquanto se trate de um produto não renovável e bastante poluidor.
- (D) assinala a tendência atual de substituição do petróleo por produtos ecológicos, por serem estes não poluentes e, ainda, respeitarem o meio ambiente.
- (E) discute a necessidade de substituição do petróleo por fontes alternativas, voltadas para a preservação do ambiente e, ao mesmo tempo, para a saúde humana.

15. A maioria desses usos é nobre, já que eles aumentam o nosso conforto, o nosso bem-estar, a nossa saúde.

Considere as afirmativas seguintes sobre o emprego das vírgulas no segmento acima.

- I. A vírgula colocada após *é nobre* pode ser retirada, sem prejuízo da correção.
- II. A vírgula que separa as expressões *o nosso bem-estar, a nossa saúde* pode ser corretamente substituída por um e.
- III. A vírgula após a expressão *o nosso conforto* pode ser substituída por dois-pontos, sem prejuízo da correção e do sentido original.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

16. A maioria desses usos é nobre, já que eles aumentam o nosso conforto, o nosso bem-estar, a nossa saúde.

O grande problema da indústria petroquímica é ter como insumo básico um bem finito, o petróleo, fato que a torna insustentável no tempo.

A 2ª frase apresenta, com relação à 1ª, noção de

- (A) consequência.
- (B) finalidade.
- (C) ressalva.
- (D) proporcionalidade.
- (E) temporalidade.

17. ... que forneciam o óleo dos lampiões e lamparinas, caiu drasticamente. (1º parágrafo)

O emprego das formas verbais grifadas acima indica, respectivamente,

- (A) ação contínua no passado e fato consumado.
- (B) hipótese que pode ser comprovada e declaração prolongada no tempo.
- (C) ideia aproximada e fato que acontece habitualmente.
- (D) fato anterior a outro também passado e ação repetida.
- (E) fato terminado e declaração enfática de um fato.

18. O segmento grifado está sendo substituído pelo pronome de modo INCORRETO em:

- (A) teve um impacto ambiental positivo = teve-o
- (B) que forneciam o óleo dos lampiões e lamparinas = que o forneciam
- (C) teriam custos proibitivos = tê-los-iam
- (D) que têm as moléculas = que têm-las
- (E) já que eles aumentam, o nosso conforto = já que eles o aumentam



19. A concordância verbal e nominal está inteiramente correta em:

- (A) O mundo moderno, apesar das pesquisas que se desenvolve atualmente, ainda dependem dos derivados de petróleo.
- (B) É sabido de todos as situações que resulta em desastre para o meio ambiente do uso excessivo de pesticidas agrícolas.
- (C) Tem sido feito, em todo o planeta, esforços no sentido de preservar os recursos naturais, muitos dos quais já vem se esgotando.
- (D) A água, um dos recursos naturais essenciais à vida no planeta, já se mostram escassos em regiões bastante populosas.
- (E) A garantia de sobrevivência de nossa espécie deverá basear-se na conscientização sobre a necessária preservação dos recursos naturais.

20. A extensão do rio Paraná lhe rendeu o posto de o nono rio mais longo do mundo.

A extensão do rio também foi responsável pelo nome, de origem tupi. Paraná significa água grande.

O rio Paraná tem sofrido profundos impactos na área ambiental, como a própria navegação, a pesca predatória e a construção de grandes barragens.

As informações acima se reproduzem em um só período, com respeito ao sentido original, à clareza, à correção e à lógica, em:

- (A) A extensão do rio Paraná também foi responsável pelo nome que tem, de origem tupi, já que Paraná significa água grande, e o nono rio mais extenso do mundo, mas o rio tem sofrido profundos impactos na área ambiental, visto que a própria navegação, a pesca predatória e a construção de grandes barragens.
- (B) O rio Paraná, cuja extensão lhe rendeu o posto de o nono rio mais longo do mundo e é também responsável pelo nome, de origem tupi, que significa água grande, tem sofrido profundos impactos na área ambiental, em razão da própria navegação, da pesca predatória e da construção de grandes barragens.
- (C) O rio Paraná que significa água grande, de origem tupi, tem sofrido profundos impactos na área ambiental, como a própria navegação, a pesca predatória, e a construção de grandes barragens que lhe rendeu o posto de o nono rio mais extenso do mundo.
- (D) A extensão do rio Paraná, onde lhe rendeu o posto de o nono rio mais longo do mundo, também responsável pelo nome, de origem tupi, em que Paraná significa água grande, ele tem sofrido profundos impactos na área ambiental, como a própria navegação, a pesca predatória e a construção de grandes barragens.
- (E) O rio Paraná, cuja a extensão rendeu o posto de o nono mais extenso do mundo, também foi responsável pelo nome que, sendo de origem tupi, Paraná significa água grande, e tem sofrido profundos impactos na área ambiental, como a própria navegação, a pesca predatória e a construção de grandes barragens.

Noções de Informática

21. No Windows XP, com a utilização do Windows Explorer, é possível definir qual aplicação padrão irá abrir um determinado arquivo caso o usuário efetue um duplo clique sobre o mesmo, ou ao clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Abrir. Para alterar a aplicação padrão de um arquivo, é necessário entrar no menu

- (A) Arquivo, clicar em Propriedades e em seguida clicar em Alterar.
- (B) Ferramentas, clicar em Opções de Pasta e em seguida Programas Padrão.
- (C) Visualizar, clicar em Opções e em seguida Opções de Abertura.
- (D) Editar, clicar em Programas Padrão e escolher a aplicação na listagem.
- (E) Visualizar, clicar em Programas Padrão e em seguida Opções de Abertura.

22. Uma barreira protetora que monitora e restringe as informações passadas entre o seu computador e uma rede ou a Internet, fornece uma defesa por software contra pessoas que podem tentar acessar seu computador de fora sem a sua permissão é chamada de

- (A) ActiveX.
- (B) Roteador.
- (C) Chaves públicas.
- (D) Criptografia.
- (E) Firewall.

23. Devido ao modo de armazenamento do histórico de acesso em navegadores, é possível para diferentes usuários acessando um mesmo computador visualizar e até utilizar informações de outro usuário deste histórico ou arquivos armazenados pelos navegadores (Cookies). No Internet Explorer 8, é possível navegar de forma privada onde não será mantido o histórico de navegação. Este recurso é chamado de

- (A) Trabalhar Offline.
- (B) InPrivate.
- (C) Modo de compatibilidade.
- (D) Gerenciador de Favoritos.
- (E) Incognito.

24. No Windows XP, com a utilização do Windows Explorer, é possível associar uma pasta compartilhada em uma rede a uma letra de unidade no computador. Para efetuar esse procedimento, é necessário escolher no menu Ferramentas a opção

- (A) Criar Atalho de rede.
- (B) Inserir compartilhamento.
- (C) Mapear unidade de rede.
- (D) Adicionar Drive Remoto.
- (E) Novo atalho de Rede.



25. Sobre o utilitário *Writer* do pacote *BR Office*, considere:

- I. É possível definir o idioma para a verificação ortográfica individualmente do texto selecionado, do parágrafo ou de todo o texto.
- II. Uma das opções do menu Ferramentas, permite ao usuário exibir rapidamente o número de palavras e caracteres presentes no texto, tanto do texto selecionado para o parágrafo ou de todo o texto.
- III. Uma opção do menu Tabela permite que o texto selecionado seja convertido em tabelas, utilizando tabulações como possíveis separadores entre as colunas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

Noções de Arquivologia

26. A classificação arquivística prioriza, como critério de arranjo,

- (A) as funções e atividades do órgão de origem.
- (B) as patentes e os títulos dos signatários dos documentos.
- (C) o grau de sigilo imposto pelas autoridades do órgão.
- (D) o estado de conservação dos suportes físicos.
- (E) as dimensões e os formatos dos documentos.

27. Quando os documentos repousam em posição perpendicular à da prateleira de uma estante, tem-se o chamado armazenamento

- (A) descontínuo.
- (B) proporcional.
- (C) transversal.
- (D) compacto.
- (E) vertical.

28. Receber, registrar, distribuir e controlar a tramitação de documentos são encargos do

- (A) arquivo corrente.
- (B) setor de reprografia.
- (C) setor de protocolo.
- (D) centro de processamento de dados.
- (E) arquivo intermediário.

29. Acórdãos e resoluções, documentos típicos dos tribunais brasileiros, constituem exemplos de

- (A) formato.
- (B) espécie.
- (C) fundo.
- (D) invólucro.
- (E) suporte.

30. No processo de avaliação, o instrumento que determina prazos para transferência, recolhimento, eliminação e mudança de suporte de documentos chama-se

- (A) quadro de arranjo.
- (B) organograma.
- (C) princípio da proveniência.
- (D) tabela de temporalidade.
- (E) teoria das três idades.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

31. A Constituição da República assegura a todos, independentemente do pagamento de taxas,
- (A) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
 - (B) a obtenção de certidões em repartições públicas e estabelecimentos privados, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
 - (C) o registro civil de nascimento, a certidão de casamento e a certidão de óbito.
 - (D) as ações de *habeas corpus*, *habeas data* e o mandado de segurança.
 - (E) a prestação de assistência jurídica integral pelo Estado.
32. No curso de investigações sobre suposta prática de crime de corrupção envolvendo um servidor público estadual, a autoridade policial competente descobre indícios de que o investigado utilizava-se de um número de telefone para receber os supostos pedidos de favorecimento ilícito, bem como que mantinha, em sua casa, documentos relacionados aos atos que praticava. A fim de colher as provas necessárias para processar o caso, a autoridade policial entende ser necessário ter registro das conversas telefônicas mantidas pelo servidor e os originais dos documentos em questão. Nesse caso, a autoridade policial
- (A) poderá entrar na casa do servidor para buscar os documentos, a qualquer hora, por se tratar de flagrante delito, mas dependerá de autorização judicial para realizar a interceptação telefônica.
 - (B) poderá instalar escutas telefônicas, independentemente de autorização judicial, mas dependerá desta para efetuar a busca de documentos na casa do servidor, em que poderá entrar a qualquer hora, desde que munido da devida autorização judicial.
 - (C) poderá instalar escutas telefônicas e entrar na casa do servidor para efetuar a busca de documentos, independentemente de autorização judicial, em virtude de já existir uma investigação criminal em curso.
 - (D) não poderá produzir as provas pretendidas, nem mesmo com autorização judicial, porque os atos para tanto necessários violam os direitos fundamentais do investigado à inviolabilidade de domicílio e ao sigilo das comunicações telefônicas.
 - (E) dependerá de autorização judicial para realizar a interceptação telefônica, bem como para buscar os documentos na casa do servidor, em que somente poderá entrar durante o dia, munido da devida autorização judicial.
33. Nos termos da Constituição da República, os Tribunais Regionais Eleitorais
- (A) serão compostos de, no mínimo, sete membros, havendo um Tribunal na Capital de cada Estado e no Distrito Federal.
 - (B) elegerão seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os membros do Superior Tribunal de Justiça que os compõem.
 - (C) possuirão dois juízes, nomeados pelo Presidente da República, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.
 - (D) não podem ter suas decisões questionadas por meio de recurso, salvo as que contrariarem a Constituição e as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança.
 - (E) são órgãos da Justiça Eleitoral, juntamente com as juntas eleitorais, os juízes eleitorais e o Superior Tribunal de Justiça.
34. A Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, assinada por Estados do continente africano em 1981, enuncia, em seu artigo 20, que todo povo tem um direito imprescritível e inalienável, pelo qual determina livremente seu estatuto político e garante seu desenvolvimento econômico e social pelo caminho que livremente escolheu.
- Na Constituição da República Federativa do Brasil, o teor de referido enunciado encontra equivalência no princípio de regência das relações internacionais de
- (A) repúdio ao terrorismo e ao racismo.
 - (B) construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
 - (C) erradicação da pobreza e da marginalização.
 - (D) autodeterminação dos povos.
 - (E) concessão de asilo político.
35. Um Deputado Estadual do Paraná, no exercício de seu segundo mandato consecutivo, com 31 anos de idade completados em novembro de 2011, casado com Senadora eleita por aquele Estado, pretende concorrer, nas eleições gerais de 2014, a um dos seguintes cargos: Senador, Deputado Federal, Governador do Estado ou Deputado Estadual. Nessa hipótese, consideradas as condições de elegibilidade estabelecidas na Constituição da República, poderia o interessado concorrer a
- (A) qualquer dos cargos referidos.
 - (B) Deputado Federal, Governador do Estado ou Deputado Estadual, apenas.
 - (C) Senador ou Deputado Federal, apenas.
 - (D) Deputado Federal, apenas, desde que renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito.
 - (E) Deputado Estadual, apenas, desde que renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito.
36. Considere as seguintes afirmações a respeito dos direitos e garantias fundamentais expressos na Constituição da República:
- I. Não haverá penas de morte ou de caráter perpétuo, salvo em caso de guerra declarada.
 - II. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
 - III. A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
 - IV. As associações somente poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e IV.



37. Em 15 de dezembro de 2011, foi publicado no Diário Oficial da União Decreto por meio do qual a Presidente da República “resolve nomear Rosa Maria Weber Candiota da Rosa para exercer o cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Ellen Gracie Northfleet”. A esse respeito, diante do procedimento estabelecido na Constituição, relativamente à composição do Supremo Tribunal Federal, considere as seguintes afirmações:

- I. A nomeação da Ministra para o Supremo Tribunal Federal pressupõe o preenchimento de requisitos estabelecidos pela Constituição, relativos à sua idade, saber jurídico e reputação.
- II. O ato da Presidente da República acima referido dá início a um procedimento complexo, previsto para a nomeação de membros do Supremo Tribunal Federal.
- III. A nomeação da Ministra para exercer cargo no Supremo Tribunal Federal deve ter sido precedida de aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Noções de Direito Eleitoral

38. Processar e julgar originariamente o registro e a cassação de registro de candidato a Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual compete

- (A) aos Tribunais Regionais Eleitorais.
- (B) ao Tribunal Superior Eleitoral, ao Tribunal Superior Eleitoral e aos Tribunais Regionais Eleitorais, respectivamente.
- (C) ao Tribunal Superior Eleitoral, aos Tribunais Regionais Eleitorais e ao Tribunal Superior Eleitoral, respectivamente.
- (D) ao Tribunal Superior Eleitoral.
- (E) aos Tribunais Regionais Eleitorais, ao Tribunal Superior Eleitoral e aos Tribunais Regionais Eleitorais, respectivamente.

39. O órgão de direção Estadual do Partido Político Beta tem fundadas dúvidas a respeito de matéria eleitoral. Nesse caso, poderá formular consulta, em tese, que será respondida

- (A) pelo Juiz Eleitoral da Zona Eleitoral em que estiver localizado o órgão de direção do Partido.
- (B) pelo Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado ou pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- (C) pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- (D) pelo Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado.
- (E) por qualquer Juiz Eleitoral em exercício no respectivo Estado.

40. Considere:

- I. Expedir diploma aos eleitos para cargos municipais.
- II. Processar e julgar originariamente os crimes eleitorais cometidos pelos Juizes Eleitorais.
- III. Processar e julgar os *habeas corpus* em matéria eleitoral relativos a atos dos Ministros de Estado.

Inclui-se na competência dos Tribunais Regionais Eleitorais a situação indicada APENAS em

- (A) II.
- (B) III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

41. A respeito dos órgãos da Justiça Eleitoral, é correto afirmar que

- (A) o Supremo Tribunal Federal é um dos órgãos da Justiça Eleitoral.
- (B) integram os Tribunais Regionais Eleitorais dois advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral escolhidos pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (C) os juizes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por dois anos no mínimo.
- (D) os ministros do Superior Tribunal de Justiça que integram o Tribunal Superior Eleitoral são escolhidos pelo Presidente da República.
- (E) o Corregedor-Geral Eleitoral será escolhido pelo Presidente da República dentre os membros do Ministério Público Federal.

42. Compete às Juntas Eleitorais

- (A) dirigir os processos eleitorais e determinar a inscrição e a exclusão de eleitores.
- (B) resolver as impugnações e demais incidentes verificados durante os trabalhos da contagem e da apuração.
- (C) providenciar a solução para as ocorrências que se verificarem nas Mesas Receptoras.
- (D) dividir a Zona em Seções Eleitorais, expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitores.
- (E) fornecer aos que não votaram por motivo justificado um certificado que os isente das sanções legais.

43. Considere:

- I. Conflitos de jurisdição entre Juizes Eleitorais de um mesmo Estado.
- II. Conflitos de jurisdição entre Tribunais Regionais Eleitorais.
- III. Conflitos de jurisdição entre Juizes Eleitorais de Estados diferentes.

Compete ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar originariamente os conflitos de jurisdição indicados APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.



<p>44. Compete ao Tribunal Superior Eleitoral</p> <p>(A) julgar os recursos interpostos das decisões dos Juizes Eleitorais que concederem ou negarem <i>habeas corpus</i>.</p> <p>(B) elaborar o regimento interno dos Tribunais Regionais Eleitorais.</p> <p>(C) expedir instruções aos órgãos do Ministério Público junto aos Tribunais Regionais Eleitorais.</p> <p>(D) processar e julgar originariamente a suspeição ou impedimento aos seus próprios membros.</p> <p>(E) constituir as Juntas Eleitorais bem como designar a respectiva sede e jurisdição.</p>	<p>48. A Secretaria da Cultura de determinado Estado pretende promover um evento de grandes proporções para angariar fundos para auxiliar as vítimas das enchentes que assolaram determinada região. O artista convidado, consagrado pela crítica especializada, apresentou proposta de orçamento bastante reduzido (R\$ 15.000,00) em razão da natureza do evento. De acordo com a Lei nº 8.666/93, a contratação</p> <p>(A) deverá ser precedida de licitação, na medida em que não se trata de serviço singular.</p> <p>(B) poderá ser feita com inexigibilidade de licitação.</p> <p>(C) poderá ser feita independentemente de licitação em razão da natureza beneficente do evento.</p> <p>(D) deverá ser precedida de concurso, em razão da natureza artística da contratação.</p> <p>(E) deverá ser feita com dispensa de licitação, apenas se comprovando a notória especialização.</p>
<p style="text-align: center;">Noções de Direito Administrativo</p> <p>45. A literatura jurídica apresenta mais de um conceito para o ato jurídico, variando os critérios de acordo com as definições escolhidas. Afastando-se a conceituação meramente subjetiva, pode-se identificar, como componente da definição de ato administrativo, a característica de</p> <p>(A) somente poder ser editado por órgão integrante do Poder Executivo.</p> <p>(B) abranger atos legislativos, mesmo os proferidos pelo Poder Executivo.</p> <p>(C) poder ser editado por órgão integrante do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.</p> <p>(D) sujeitar-se à regime jurídico administrativo próprio, não se submetendo à lei.</p> <p>(E) não admitir qualquer controle judicial.</p>	<p>49. O servidor que praticar ato de improbidade estará sujeito às</p> <p>(A) cominações estabelecidas na Lei de Improbidade (Lei nº 8.429/92), que, por mais graves, afastam a aplicação de outras sanções penais ou civis.</p> <p>(B) cominações estabelecidas na Lei de Improbidade (Lei nº 8.429/92) e às sanções penais cabíveis, excluindo-se a incidência de outras sanções de natureza civil ou administrativa.</p> <p>(C) sanções administrativas, no que concerne às infrações disciplinares, e às cominações previstas na Lei de Improbidade, afastando-se apenas a aplicação de sanções penais e civis, para evitar duplicidade de penalização pelo mesmo fato.</p> <p>(D) sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação e às cominações previstas na Lei de Improbidade, isolada ou cumulativamente.</p> <p>(E) sanções penais, civis, administrativas ou às cominações previstas na Lei de Improbidade, isoladamente e nessa ordem de preferência, como critério de gravidade.</p>
<p>46. Quando se está diante de uma situação concreta que enseja a edição de um ato administrativo vinculado, significa que ao particular titular do interesse jurídico em questão cabe</p> <p>(A) exigir da autoridade, judicialmente se for necessário, a edição do ato determinado, desde que tenha preenchido os requisitos legais para tanto.</p> <p>(B) a prerrogativa da autoexecutoriedade, na medida em que pode dispensar a edição concreta do ato, presumindo sua existência.</p> <p>(C) apenas aguardar a edição do ato, não podendo ingressar com nenhuma medida judicial para tanto, uma vez que o Poder Judiciário não pode suprir a vontade da administração.</p> <p>(D) ajuizar ação judicial de perdas e danos, exclusivamente, uma vez que o Poder Judiciário não pode suprir a vontade da administração.</p> <p>(E) requerer administrativamente a edição do ato, sob pena de ajuizamento de ação judicial para suprir o juízo de conveniência e oportunidade da administração pública.</p>	<p>50. A Administração Pública decidiu realizar licitação para aquisição de material de informática. A modalidade escolhida foi pregão, que apresenta, como característica a possibilidade de</p> <p>(A) disputa verbal entre todos os participantes, independentemente do número, após a apresentação do menor lance.</p> <p>(B) disputa verbal entre o licitante que apresentar o menor lance e os autores das ofertas com preço até 10% (dez por cento) superiores àquela.</p> <p>(C) inclusão de novos participantes após o início da sessão, caso a menor proposta apresentada seja superior à pesquisa de mercado feita pela Administração Pública.</p> <p>(D) aditamento das propostas apresentadas, mediante suspensão da sessão por 48 horas, reiniciando-se o procedimento após o decurso desse prazo.</p> <p>(E) aditamento das propostas apresentadas após o julgamento das ofertas, de modo a reduzir o valor dos lances o máximo possível, atendendo ao critério de menor preço.</p>
<p>47. O julgamento das propostas apresentadas em regular procedimento de concorrência deve ser feito</p> <p>(A) de acordo com os critérios, subjetivos e objetivos, constantes do edital publicado.</p> <p>(B) objetivamente, sendo possível a desconsideração parcial dos critérios constantes no edital caso necessário para contratação da proposta de menor preço.</p> <p>(C) preliminarmente de acordo com os requisitos constantes do edital, facultando-se aos competidores, antes do julgamento definitivo, a redução de sua proposta.</p> <p>(D) observando-se os critérios objetivos constantes do edital e de seus anexos, ainda que publicados após o prazo para apresentação das propostas.</p> <p>(E) objetivamente, observando-se os critérios fixados no edital, que não poderá ser alterado para adequação das propostas.</p>	



**Noções de Normas Aplicáveis aos
Servidores Públicos Federais**

51. De acordo com a Lei Federal nº 8.112/90, aos deficientes físicos é assegurado o direito

- (A) subjetivo à nomeação para cargo efetivo na administração pública, ainda que não sejam nomeados os demais aprovados no concurso do qual participaram.
- (B) a participar de concurso público para provimento de cargo efetivo, reservando-se às pessoas nessas condições prioridade em relação à aprovação de todos os demais participantes, em percentual de 10% das vagas.
- (C) à nomeação para emprego público, independentemente da participação em concurso público de provas e títulos, em percentual de 5% das vagas não ocupadas.
- (D) de se inscreverem em concurso público para provimento de cargo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, devendo ser reservado para pessoas nessas condições 20% das vagas oferecidas no concurso.
- (E) à nomeação para 20% das vagas oferecidas no concurso público, independentemente da nomeação dos demais aprovados e da deficiência apresentada.

52. A Administração Pública demitiu, sem a observância de regular processo legal, servidor estável, ocupante de cargo público efetivo, que cometeu infração disciplinar de natureza grave. Ajuizada ação judicial, obteve o servidor público decisão judicial que invalidou a demissão e determinou, com fundamento na Lei Federal nº 8.112/90, dentre outras obrigações, à Administração Pública, sua

- (A) recondução ao cargo, com indenização de todo o período transcorrido desde sua demissão injustificada.
- (B) reintegração ao cargo, afastado o recebimento de indenização pelo período anterior em razão da natureza da infração disciplinar cometida.
- (C) recondução ao serviço público, nomeando-o para cargo existente no quadro da Administração Pública, ainda que de nível superior ao anteriormente ocupado.
- (D) reintegração ao cargo anteriormente ocupado, com ressarcimento de todas as vantagens desde a época da demissão, ainda que o cargo tenha sido extinto.
- (E) reintegração ao cargo anteriormente ocupado, mesmo que ocupado por outro servidor público, este que poderá ser reconduzido ao cargo de origem.

53. De acordo com o disposto na Lei nº 9.784/99, das decisões proferidas em processos administrativos cabe recurso administrativo

- (A) à autoridade superior, não cabendo juízo de reconsideração pela autoridade que proferiu a decisão.
- (B) interposto somente pelos titulares de direitos e interesses que forem parte no processo.
- (C) interposto pelas partes no processo ou por aqueles cujos direitos sejam indiretamente afetados pela decisão recorrida.
- (D) à autoridade que proferiu a decisão, que, se entender cabível, determinará o encaminhamento à autoridade superior.
- (E) à autoridade que proferiu a decisão, quando tiver sido interposto pelo próprio interessado e à autoridade superior, quando se tratar de recurso de terceiros.

54. No curso do processo disciplinar, a autoridade poderá determinar, com fundamento na Lei nº 8.112/90,

- (A) a disponibilidade do servidor, mantida sua remuneração até o final do processo.
- (B) o afastamento do servidor, a fim de que não venha a influir na apuração da irregularidade.
- (C) a suspensão do servidor, com prejuízo de sua remuneração, que poderá ser paga caso a decisão seja favorável ao servidor.
- (D) a transferência do servidor para outra unidade, a fim de que não interfira na apuração dos fatos.
- (E) o licenciamento do servidor, mantida sua remuneração até o final do processo, caso não se trate de infração de natureza grave.

55. Na hipótese de determinado partido político, cujo filiado concorre às eleições, descumprir decisão proferida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, caberá ao partido concorrente apresentar, dentre outras alternativas legalmente previstas, com base no Regimento Interno do Tribunal,

- (A) reclamação, dirigida ao Presidente do Tribunal.
- (B) recurso administrativo, dirigido ao Ministério Público junto ao Tribunal.
- (C) consulta prévia à Presidência do Tribunal, a fim de ser analisada a viabilidade do processamento da insurgência.
- (D) mandado de segurança contra ato do presidente do partido político.
- (E) representação dirigida ao Ministério Público da Comarca que, se entender cabível, encaminhará reclamação à Presidência do Tribunal Regional Eleitoral.

Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

56. Com relação à composição do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, a Vice-Presidência e a Corregedoria-Regional Eleitoral caberá

- (A) a um dos desembargadores do Tribunal de Justiça e ao juiz federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal, respectivamente.
- (B) a um dos desembargadores do Tribunal de Justiça e a um dos juizes do Tribunal de Justiça, respectivamente.
- (C) a um dos juizes do Tribunal de Justiça, cumulativamente.
- (D) ao juiz federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal, cumulativamente.
- (E) a um dos desembargadores do Tribunal de Justiça, cumulativamente.



57. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, em regra, nenhum juiz poderá voltar a integrar o Tribunal na mesma classe ou em classe diversa, após servir por
- (A) dois biênios consecutivos, salvo se transcorrerem dois anos do término do segundo biênio.
 - (B) três biênios consecutivos, salvo se transcorrerem um ano do término do terceiro biênio.
 - (C) dois biênios consecutivos, salvo se transcorrerem um ano do término do segundo biênio.
 - (D) três biênios consecutivos, não havendo mais possibilidade de fazer parte da composição do Tribunal por expressa vedação legal.
 - (E) seis anos, não havendo mais possibilidade de fazer parte da composição do Tribunal por expressa vedação legal.

58. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, a Sigla RE corresponde à classificação
- (A) da Representação.
 - (B) do Recurso em *Habeas Corpus*.
 - (C) do Recurso Eleitoral.
 - (D) da Revisão de Eleitorado.
 - (E) do Recurso em Mandado de Segurança.

59. Considere os seguintes feitos:
- I. Recurso contra a expedição de diploma.
 - II. Ação de impugnação de mandato eletivo.
 - III. Revisão Criminal.
 - IV. Embargos de Declaração em ação penal relativa à infração apenada com reclusão.
- De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, sujeitam-se à revisão, dentre outros, os feitos indicados APENAS em
- (A) I, II e IV.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) I e IV.

60. Segundo o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, com relação aos Recursos eleitorais é correto afirmar:
- (A) Os recursos parciais, entre os quais se incluem os que versarem matéria referente ao registro de candidatos, serão julgados à medida que derem entrada na Secretaria.
 - (B) São preclusivos os prazos para interposição de recursos, inclusive quando nestes se discutir matéria constitucional.
 - (C) Os recursos eleitorais terão sempre efeito suspensivo em razão da possibilidade de dano irreversível.
 - (D) Sempre que a lei não fixar prazo especial, o recurso deverá ser interposto em três dias da publicação do ato, resolução ou decisão.
 - (E) Contra a votação ou a apuração serão admitidos recursos, inclusive se não tiver havido protestos contra as irregularidades ou nulidades arguidas perante as mesas receptoras, no ato da votação.